



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do **Dia**

SEXTA-FEIRA, 30 :: agosto :: 2013

A eleição do TCE

Exatamente daqui a dois meses, 30 de outubro, completará um ano que a deputada estadual Susana Azevedo (PSC) foi eleita conselheira do Tribunal de Contas do Estado. Susana ganhou por 13 x 9 para o secretário Belivaldo Chagas (Educação), mas não foi empossada até hoje pelo fato de Belivaldo entender que foi prejudicado com as mudanças na regra do jogo na véspera da eleição, que levou a votação a ser secreta e com o voto da presidente Angélica Guimarães (PSC).

Na Justiça, Belivaldo conseguiu a anulação da eleição e uma outra foi realizada este ano, no dia 3 de junho, com as mesmas regras da anterior. Em protesto, a bancada governista deixou o plenário da Assembleia para não votar e Susana conquistou novamente 13 votos, que representavam o passaporte para o TCE.

Novamente entendendo que a regra do jogo não podia ser mudada aos 45 minutos do segundo tempo, Belivaldo entrou com novo mandado de segurança pedindo a anulação do pleito. No dia 19 de junho a desembargadora Suzana Carvalho concedeu liminar suspendendo pela segunda vez a votação da Assembleia.

Pela Constituição Estadual, também alterada este ano, o Governo do Estado tem um prazo de 20 dias após a votação para fazer a nomeação do conselheiro (a) eleito. Assim sendo, era para Susana ter sido empossada dia 23 de junho, mas o governador em exercício Jackson Barreto recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin). O STF pediu informações a Assembleia.

No meio desse impasse onde Susana ganha no voto e Belivaldo na Justiça, a deputada avalia que não hou-

ve irregularidade alguma no processo eleitoral e o secretário acha que teve por entender que a eleição tinha de ser aberta, que a presidente não podia votar e o placar tinha de ser por maioria absoluta, como era estabelecido no início do processo. Hoje o que vale é eleição secreta, a presidente podendo votar e o placar sendo por maioria simples.

Com a eleição sub júdice, a indefinição continua. O processo encontra-se no **Ministério Público Estadual** há cerca de um mês para parecer. Depois do parecer do MPE, o processo retornará ao Tribunal de Justiça para ser apreciado no plenário pelos desembargadores.

O fato é que daqui a 60 dias completará um ano que aconteceu a primeira eleição para conselheira do TCE para preencher a vaga da conselheira aposentada compulsoriamente Isabel Nabuco por completar 70 anos, em fevereiro de 2012, e ainda não se tem uma definição do seu sucessor. A vaga está sendo ocupada provisoriamente, há mais de um ano, por um auditor.

Sem falar que no dia 11 de dezembro será aberta nova vaga de conselheiro do TCE com a aposentadoria compulsória de Reinaldo Moura por completar 70 anos. Só que se até lá não houver uma definição da Justiça sobre a vaga de Isabel Nabuco não poderá ser deflagrado o processo para o sucessor de Reinaldo.

Com isso, o Tribunal de Contas do Estado ficará com apenas cinco dos sete conselheiros, sem contar com Flávio Conceição que foi aposentado compulsoriamente por decisão judicial, mas requereu o direito de continuar conselheiro.

Pelo andar da carruagem, a vaga de Reinaldo Moura será ocupada temporariamente por mais um auditor.